

Autor: André Pizetta Altoé

Instituição: Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro (UENF)

Email: a_altoe@hotmail.com

Mesa Temática nº28 - Divisão Sexual do Trabalho (Produção e Reprodução) e Relações de Gênero: mudanças, permanências e significados.

Título: O Estado e a Cidadania Feminina: vozes das mulheres mil.

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe analisar a divisão sexual do trabalho tendo como referência o Programa Mulheres Mil: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável a partir de sua implementação no Instituto Federal Fluminense (IFF), campus Campos-Guarus situado em Campos dos Goytacazes cidade localizada ao norte do Estado do Rio de Janeiro no Brasil. O Programa Mulheres Mil é uma política pública do Governo Federal voltada para mulheres que tem como principal objetivo, através de cursos de qualificação profissional, a inserção das egressas no mercado de trabalho e com isso contribuir para que estas desenvolvam autonomia e exerçam sua cidadania. Tendo como referencial teórico a teoria de gênero e partindo da noção de que a cidadania plena só será alcançada quando não somente na esfera legal, mas também na prática, existir uma igualdade de gênero, ou seja, quando homens e mulheres forem equivalentes na esfera pública e privada, busca-se verificar se a partir da formação profissional ocorrem mudanças nos tradicionais padrões de gênero, nas relações familiares ou domésticas das mulheres egressas do programa.

No dia 21 de julho de 2011 pela Portaria Número 1.015 o Governo Federal Brasileiro instituiu o Programa Nacional Mulheres Mil. Este programa insere-se no Plano Brasil sem Miséria¹ e integra um conjunto de ações que procuram promover – através de

¹ Em 2 de junho de 2011, o Governo Federal lançou, por meio do [Decreto nº 7.492](#), o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) com o objetivo de superar a extrema pobreza até o final de 2014. O Plano se organizou em três eixos: um de garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; outro de acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e um terceiro de inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades. Disponível em: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br>. Acesso em: 06 de maio de 2015.

políticas públicas – a inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade².

De acordo com o Ministério da Educação (MEC) o programa possibilita que:

mulheres moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano, sem o pleno acesso aos serviços públicos básicos, ou integrantes dos Territórios da Cidadania³, tenham uma formação educacional, profissional e tecnológica, que permita sua elevação de escolaridade, emancipação e acesso ao mundo do trabalho, por meio do estímulo ao empreendedorismo, às formas associativas solidárias e à empregabilidade⁴.

Podemos notar que a ideia central do programa é que a elevação da escolaridade com cursos de formação profissional levaria as mulheres participantes a desenvolverem uma autonomia econômica e por consequência contribuiria para avanços na sua cidadania.

O governo brasileiro justifica a opção pelo recorte de gênero pelo crescente número de mulheres que ampliaram seu papel na sociedade, ao assumir a chefia das famílias e serem responsáveis pelo sustento financeiro e pelo desenvolvimento cultural dos filhos e demais membros da família⁵.

É interessante ressaltar que quando falamos em famílias chefiadas por mulheres, estamos afirmando que esta chefia possui vários significados. De acordo com Berquó, podemos nos referir a:

uma mulher solteira, separada ou viúva, com filhos, tendo ou não parentes e/ou agregados em casa; mulher solteira, separada ou viúva, sem filhos morando em casa, ou porque não os teve, ou porque, adultos, já saíram de casa ou já faleceram, tendo ou não parentes e/ou agregados vivendo em domicílio; mulher solteira, separada ou viúva,

² MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Programa Nacional Mulheres Mil: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: WWW.portal.mec.gov.br. Acesso em: 02 jul.2012. O conceito de vulnerabilidade social utilizado no programa refere-se a mulheres com baixo índice de desenvolvimento humano sem o pleno acesso a serviços públicos básicos. O público alvo é o de mulheres de baixa renda e de baixo índice de escolaridade.

³ O Governo Federal lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania. O programa tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, com a participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios. Disponível em: www.territoriosdacidadania.gov.br. Acesso em: 20 jul.2013.

⁴ Ministério da Educação, op. cit.

⁵ Idem.

morando sozinha, ou mulher casada chefiando a família mesmo tendo um marido ou companheiro em casa⁶.

Na tentativa de corroborarmos o que foi acima afirmado, podemos dizer, a partir de dados do Ministério da Educação, que no período de 2001 a 2009 o percentual de famílias brasileiras chefiadas por mulheres subiu de 27% para 35%. Em números absolutos, eram quase 22 milhões de famílias que identificavam como principal responsável alguém do sexo feminino. No que tange a renda, 73% das mulheres que estavam no papel de cônjuge ganhavam menos que o marido⁷.

Os dados demonstrados pelo Ministério da Educação para justificar a implementação do Programa podem ser confirmados por alguns dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o Instituto, no ano de 2009 em todas as posições na ocupação, o rendimento médio dos homens era maior que das mulheres. A maior diferença de renda era na posição de empregador, onde os homens auferiam, em média, R\$ 3.161, enquanto as mulheres apenas R\$ 2.497, ou seja, R\$ 664 a mais para os homens, que corresponde a dizer que as mulheres empregadoras recebiam 22% a menos que os homens. A menor diferença entre os rendimentos de homens e mulheres era na posição de empregado sem carteira assinada, resultado das condições precárias dos trabalhadores nesta categoria. No conjunto dos trabalhadores domésticos, os homens apresentavam uma remuneração mais elevada. O rendimento médio das trabalhadoras domésticas sem carteira é de R\$ 298, enquanto o dos homens atingiam a média de R\$ 404⁸.

É importante ressaltar que entre os anos de 1998 e 2008, houve um significativo aumento de mulheres na condição de pessoa de referência⁹ (25,9% para 34,9%) do domicílio. O que também chamou a atenção no período foi o crescimento da proporção das mulheres declaradas como pessoa de referência, apesar da presença de um cônjuge (2,4% para 9,1%)¹⁰. Ainda de acordo com números do IBGE, a diferença de rendimento entre homens e mulheres é maior nos municípios com até 50 mil habitantes, onde eles

⁶ BERQUÓ, Elza. Perfil Demográfico das Chefiadas Femininas no Brasil. In: BRUSCHINI, Cristina; Unbehaum, Sandra (Orgs). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 2002, p.246.

⁷ Ministério da Educação, op.cit.

⁸ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de Indicadores Sociais 2009*. Disponível em: WWW.ibge.gov.br. Acesso em: 02 ago.2012.

⁹ Pessoa responsável pela unidade domiciliar (ou pela família) ou que assim fosse considerada pelos demais membros.

¹⁰ Idem.

recebiam, em média, 47% mais que elas, uma renda mensal de R\$ 956 para os homens e R\$ 650 para as mulheres¹¹.

Portanto, diante de um quadro em que as mulheres são mais pobres que os homens e ao mesmo tempo aumentam sua proporção na chefia das famílias justificava-se, naquele momento, a criação de um programa que buscasse reduzir as iniquidades de gênero no Brasil.

Neste sentido, o Programa Mulheres Mil deveria abranger a população feminina acima de 18 anos, que buscava oportunidade educacional, inserção e permanência no mundo do trabalho. O Programa também deveria levar em conta o reconhecimento de aprendizagens adquiridas ao longo da vida e um serviço de aconselhamento e atendimento às demandas das mulheres participantes, por meio de uma equipe multidisciplinar. No itinerário formativo, estavam previstas ações para o desenvolvimento de habilidades empreendedoras e de empregabilidade.

Com o intuito de contribuir para a melhoria da renda das mulheres e garantir o acesso ao mercado do trabalho, o Programa Mulheres Mil foi cunhado com os seguintes objetivos:

- a) Estimular a inclusão educacional, produtiva e social de mulheres em situação de vulnerabilidade;
- b) Possibilitar o acesso à educação profissional e tecnológica do alunado não tradicional;
- c) Ofertar cursos e programas de educação profissional e tecnológica, com elevação da escolaridade e formação cidadã, sendo a carga horária mínima de 160 horas;
- d) Articular mecanismos e conexões para a inserção das egressas no mundo do trabalho, estimulando o empreendedorismo, as formas associativas e solidárias e a empregabilidade;
- e) Articular mecanismos e conexões para a estruturação de grupos de pesquisa e inovação nas diversas áreas do conhecimento contempladas pelo programa.

¹¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Indicadores Sociais Municipais 2010*. Disponível em: WWW.ibge.gov.br. Acesso em: 02 ago.2012.

O Programa Mulheres Mil também foi criado para que a partir de sua execução pudesse causar alguns impactos na sociedade brasileira e, dessa forma reduzir as desigualdades de gênero no país. Além dos objetivos acima mencionados, o programa também buscava produzir os seguintes resultados:

- a) Reduzir as desigualdades sociais e contribuir para a erradicação da miséria no país;
- b) Contribuir para a melhoria dos índices da equidade e igualdade de gênero no Brasil;
- c) Reduzir os índices de violência doméstica;
- d) Melhorar a renda familiar nas comunidades em situação de vulnerabilidade;
- e) Contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades beneficiadas;
- f) Melhorar as relações familiares e comunitárias;
- g) Ampliar a conscientização do uso sustentável dos recursos naturais;
- h) Melhorar os índices educacionais na modalidade de educação de jovens e adultos;
- i) Contribuir para a redução do analfabetismo.

Para que o programa obtivesse êxito e tivesse suas expectativas atendidas, foi desenvolvida uma metodologia própria em cooperação com o governo canadense visando a formação educacional, profissional e cidadã. A ideia central era construir ferramentas técnicas que promovessem o acesso e a permanência em sala de aula e a formação em áreas profissionais específicas de cada localidade. Soma-se a isso a busca pela transmissão de temas considerados transversais para a formação cidadã tais como saúde e direito da mulher, inclusão digital, cooperativismo e proteção ambiental.

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MULHERES MIL NO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE NO CAMPUS CAMPOS-GUARUS

A implementação do Programa Mulheres Mil no campus Campos-Guarus¹² do Instituto Federal Fluminense teve seu início no dia 13 de março de 2012 com dois cursos na área de culinária e artesanato. O Programa foi gerenciado pela própria equipe multidisciplinar formada no Campus.

As mulheres participantes foram selecionadas através de uma ação conjunta entre as gestoras do Programa que eram servidoras do Instituto Federal Fluminense e os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do subdistrito de Guarus¹³. Através do CRAS foram aplicados questionários para verificar o perfil socioeconômico das participantes e ao mesmo tempo constatar quais eram os horários e cursos que mais as interessavam.

A equipe gestora também realizou uma consulta ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) localizado em Campos dos Goytacazes em busca de informações sobre o perfil do mercado de trabalho na região e também na procura de efetivação de parcerias. Ao apresentar ao Gerente Regional do SEBRAE o resultado parcial dos cursos escolhidos pela comunidade¹⁴, este orientou a equipe gestora a criar quatro cursos: Comercialização de Artesanato; Culinária Específica para Boteco; Culinária e Assistente de Hotelaria.

Dessa forma, a partir de março de 2012 iniciaram-se as atividades do Programa Mulheres Mil Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável no Campus Campos-Guarus com 100 mulheres matriculadas divididas em dois cursos: Qualificação em Produtos Alimentícios Artesanais e Curso Básico de Qualificação e Comercialização em Artesanato.

A composição curricular dos cursos era dividida em três eixos. Os eixos I (Fundamentação) e II (Sociedade, Cidadania e Identidade) eram formados por

¹² O campus Campos-Guarus do Instituto Federal Fluminense (IFF) está localizado no subdistrito de Guarus, situado a margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, ao norte da zona urbana do município de Campos dos Goytacazes.

¹³ Os CRAS's situados na região de Guarus são: CRAS-Codin, CRAS –Parque Guarus, CRAS –Jardim Carioca e CRAS-Custodópolis.

¹⁴ Os cursos que as mulheres entrevistadas pelo equipe gestora mais demonstraram interesse foram os de Culinária e Cabelereira.

componentes curriculares comuns aos dois cursos. O terceiro eixo (Qualificação Profissional) compõe o currículo específico dos cursos, responsável pela qualificação profissional das alunas.

Em 2013, o curso de Qualificação em Produtos Alimentícios Artesanais foi substituído pelo curso de Auxiliar de Cozinha. O curso Básico de Qualificação e Comercialização em Artesanato não foi mais oferecido e dois novos cursos passaram a fazer parte do Programa Mulheres Mil no campus Campos-Guarus: curso de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial e curso de Cuidador Infantil. É importante enfatizar que estes novos cursos e os posteriores que surgiram continuaram com o componente curricular divididos em três eixos. Os dois primeiros que formam um ciclo básico comum e um terceiro que traz as disciplinas voltadas para a qualificação profissional.

Em 2014 o Programa Mulheres Mil foi integrado ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e os cursos ministrados deveriam seguir o Guia Pronatec de Cursos Fic. Neste sentido, foram oferecidos pelo Mulheres Mil no campus Campos-Guarus do Instituto Federal Fluminense os cursos de Eletricista e Instalador Predial de Baixa Tensão e o curso de Artesão e Bordado à Mão. É importante ressaltar que o curso de Eletricista e Instalador Predial de Baixa Tensão é muito semelhante ao curso de Auxiliar de Eletricista e Instalação Predial ministrado em 2013, mas com um pequeno acréscimo de carga horária. Portanto, estes foram os cursos do Programa Mulheres Mil ministrados no campus Campos-Guarus. O objetivo era que a qualificação profissional pudesse inserir as participantes no mercado de trabalho e promover avanços na cidadania feminina.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para a realização deste artigo utilizaremos a teoria de gênero. Gênero é entendido neste trabalho como o “saber a respeito das diferenças sexuais. Tal saber não é absoluto ou verdadeiro, mas sempre relativo”¹⁵. Gênero é, portanto, o discurso que é estabelecido a partir das diferenças sexuais entre homens e mulheres.

¹⁵ SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a Gender Politics History. *Cadernos Pagu*, n.3, 1994, p.12.

O conceito de gênero não pode ser considerado fixo ao longo do tempo, mas é constantemente construído e reconstruído na história de determinada sociedade e cultura. Ainda segundo Scott:

A história figura não apenas como o registro das mudanças da organização social dos sexos, mas também, de maneira crucial, como participante da produção do saber sobre a diferença sexual. Parto do princípio de que as representações históricas do passado ajudam a construir o gênero no presente¹⁶.

Segundo Bruschini, gênero como categoria de análise é um modo de se referir à organização social das relações entre os sexos. Em uma rejeição total ao determinismo biológico, que busca as explicações para a sujeição da mulher em sua capacidade procriativa ou na força física masculina, o gênero enfatiza as qualidades sociais das distinções baseadas no sexo. É uma categoria relacional, que define homens e mulheres uns em relação aos outros¹⁷.

É importante ressaltar que ao utilizarmos o conceito de gênero não estamos simplesmente fazendo uma escolha conceitual ou metodológica, mas enfatizando que as relações entre masculino e feminino são marcadas por relações de poder. Segundo Schienbinger:

Gênero, hoje, é com frequência usado impropriamente como uma palavra de código para “sexo”, “mulher”, ou “feminista”. Ele é mais propriamente usado para referir um sistema de signos e símbolos denotando relações de poder e hierarquia entre os sexos. Ele pode também referir-se a relações de poder e modos de expressão no interior de relações do mesmo sexo¹⁸.

Pierre Bourdieu também entende as divisões nos papéis de gênero como relações de poder e dominação. O sociólogo francês realizou um trabalho etnográfico na Cabília – localizada na Argélia – para mostrar como se processa a dominação masculina. A escolha da Cabília deveu-se ao fato de ser composta por uma sociedade formada a partir da visão “falonarcísica” e da cosmologia androcêntrica, comum a todas as

¹⁶ Idem, p.13.

¹⁷ BRUSCHINI, Cristina. O Uso de Abordagens Quantitativas em Pesquisas sobre Relações de Gênero. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Orgs). *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992, p.290.

¹⁸ SCHIEBINGER, Londa. *O Feminismo mudou a ciência?* Tradução de Raul Fiker. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p.45.

sociedades mediterrâneas. A tradição cultural que se manteve na Cabília é partilhada por grande parte dos países do continente europeu¹⁹.

Ao observar a sociedade cabila, Bourdieu percebe que a socialização diferenciada entre os meninos e as meninas contribui para a manutenção das relações sociais de dominação e exploração que estão instituídas entre os gêneros. Os homens são educados para estarem situados do lado exterior, do público, e realizar as tarefas consideradas mais importantes como cuidar da lavoura, da colheita e fazer a guerra. Por outro lado, as mulheres devem ser responsáveis por todos os trabalhos domésticos e relacionados à esfera do privado, como cuidar das crianças e dos animais. Esta divisão de tarefas é encarada pelos indivíduos como instituída na ordem das coisas, o que faz com que as mulheres incorporem a dominação ao pensarem que essas práticas não podem e não devem ser modificadas simplesmente porque são consideradas naturais. Segundo o autor:

[...] a divisão entre os sexos parece estar na “ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos hábitos dos agentes, funcionando como esquemas de percepção, de pensamento e de ação²⁰.

A divisão entre os sexos é vista como presente na ordem das coisas porque é naturalizada em vez de ser tratada como construção social. Daí vem a grande preocupação de Bourdieu, qual seja, identificar os mecanismos responsáveis pela transformação da história em natureza, fazendo com que a ordem social que é dada culturalmente ganhe característica de eterna e natural.

De acordo com Bourdieu, a dominação masculina permanece ao longo do tempo pelo fato de suas estruturas objetivas e subjetivas terem sido des-historicizadas, ou seja, não foram consideradas na sua historicidade. Para compreender como se dá a eternização do arbitrário, o autor propõe que a pesquisa histórica analise justamente as instituições que contribuíram para retirar da História as relações de dominação. São elas: a Família, a Igreja, a Escola e o Estado²¹.

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p.14.

²⁰ Idem, p.14.

²¹ Ibid, p. 100 e 101.

É interessante ressaltar que as oportunidades para as mulheres no campo da educação e a inserção no mercado de trabalho são avanços, mas que não necessariamente garantem uma equidade entre homens e mulheres. Bourdieu toca nesta questão como um sistema de mudanças e permanências. O autor afirma que o acesso à educação fez com que ocorresse uma mudança na posição da mulher na divisão do trabalho, permitindo o aumento de sua representação nas profissões intelectuais e administrativas²². Porém, ainda segundo Bourdieu, as mudanças ocultam as permanências. As mulheres continuam sendo, em geral, menos remuneradas que os homens – mesmo quando desempenham as mesmas funções – e são mais atingidas pelo desemprego. Portanto, mesmo ocorrendo algumas mudanças, o que predomina é a lógica do modelo tradicional, os homens dominando o espaço público (esfera da produção) as mulheres relegadas ao privado (esfera da reprodução)²³.

É importante ressaltar que nas últimas décadas do século XX, o Brasil passou por importantes transformações demográficas, culturais e sociais que tiveram grande impacto sobre o trabalho feminino. Dentre as principais mudanças podemos citar: a queda da taxa de fecundidade, sobretudo nas cidades e nas regiões desenvolvidas; a redução no tamanho dos arranjos familiares; envelhecimento da população, com maior expectativa de vida ao nascer para as mulheres; e finalmente, o crescimento de arranjos familiares chefiados por mulheres²⁴.

Além disso, mudanças nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher alteraram a identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho remunerado. A expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades facilitaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho²⁵.

Apesar desses avanços, o emprego doméstico remunerado é o setor ocupacional em que a grande maioria dos trabalhadores são mulheres. A estrutura ocupacional do mercado de trabalho brasileiro pouco se alterou nos últimos 30 anos. No emprego formal, permanece a elevada presença feminina em setores tradicionais da indústria, como é o caso das costureiras no ramo da confecção, assim como serviços de cuidado pessoal,

²² Ibid, p.106 e 108.

²³ Idem, p. 110 e 111.

²⁴ BRUSCHINI, Cristina; RICOLDI, Arlene Marinez; MERCADO, Cristiano Miglioranza. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: COSTA, Albertina de Oliveira et al (orgs). *Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008,p.17.

²⁵ Idem, p.17.

higiene e alimentação, como é o caso das cabeleireiras e especialistas em estética em geral, das faxineiras, arrumadeiras em domicílios e hotéis, lavadeiras, tintureiras e cozinheiras²⁶.

Além disso, as obrigações domésticas impõem limites às oportunidades de trabalho oferecidas às mulheres no mercado de trabalho, cujas atividades se caracterizam por carreiras descontínuas, salários mais baixos e jornadas em tempo parcial. De acordo com Sorj:

A distribuição desigual dos investimentos femininos entre o mercado e a família se sustenta no princípio cultural de que as prioridades femininas residem na esfera doméstica e as masculinas nas atividades profissionais. Este princípio faz com que homens e mulheres entrem no mercado de trabalho em posições qualitativamente diferentes²⁷.

Um ponto que merece ser discutido refere-se às jornadas de trabalho em tempo parcial. A alta do emprego feminino em tempo parcial é um dos fatores que explicam as diferenças salariais entre homens e mulheres no contexto mundial. Devido a necessidade de conciliar trabalho e a vida familiar, muitas mulheres são admitidas no mercado de trabalho em tempo parcial, com remuneração menor, horários flexíveis e proteção social limitada. Segundo Laufer, o crescimento do desemprego e o desenvolvimento do trabalho em tempo parcial, porque dizem respeito mais às mulheres do que aos homens, constituem obstáculos para a prática da igualdade profissional e social entre homens e mulheres²⁸.

Portanto, a partir do acima exposto torna-se imperativo problematizar uma das questões centrais deste artigo, qual seja, as relações de poder entre os gêneros engendradas a partir da divisão sexual do trabalho. De acordo com Hirata e Kergoat, a divisão do trabalho entre os homens e as mulheres refere-se primordialmente a imputação aos homens do trabalho produtivo - e ao mesmo tempo a dispensa do trabalho doméstico - e a atribuição do trabalho doméstico às mulheres, mesmo que estas procurem uma inserção no mercado de trabalho. Segundo as autoras, esta divisão encontra-se no cerne das relações desiguais de poder entre homens e mulheres:

²⁶Ibid, p.28.

²⁷SORJ, Bila. Trabalho Remunerado e Trabalho Não-Remunerado. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. *A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 112.

²⁸LAUFER, Jacqueline. Entre a esfera pública e a esfera privada: os desafios dos direitos das mulheres. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. Tradução de Clevis Rapkiewicz. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003, p.127.

(...) suprima-se a imputação do trabalho doméstico ao grupo social das mulheres e são as relações sociais que desmoronam, junto com as relações de força, a dominação, a violência real ou simbólica, o antagonismo que elas carregam. A divisão sexual do trabalho está no âmago do poder que os homens exercem sobre as mulheres²⁹.

Badinter observa que a divisão sexual do trabalho é um fator estruturante, ou seja, está presente em todas as sociedades. Mesmo variando de uma sociedade para outra, a divisão sexual do trabalho parece ser uma constante, pois:

Ela não distingue apenas a sociedade humana do mundo animal, mas a encontramos em todos os lugares, operando na multiplicidade das sociedades conhecidas atualmente. Talvez seja uma regra essencial da natureza humana³⁰.

Discutir a temática da divisão sexual do trabalho é um exercício de grande relevância, pois Baudelot afirma que a divisão das tarefas domésticas entre os casais quase não evoluiu nos últimos trinta anos, cabendo à mulher a maior parte da carga de trabalho exigido pela educação das crianças, pela economia do lar e pela assistência aos pais³¹.

Neste sentido, historicamente foram reservadas às mulheres as tarefas que possuíam uma relação com a esfera da reprodução, ficando a cargo dos homens a dita esfera da produção. De acordo com Combes e Haicault, no seio de toda formação social coexistem uma produção social de bens e uma produção social de seres humanos, que são distintas, mas relacionadas uma à outra. As autoras atribuem à primeira o nome de produção e à segunda de reprodução. Ao mesmo tempo em que as duas esferas são indissociáveis estabelecem uma relação de hierarquia:

(...) Enquanto o bom senso ou a utopia recomendaria que a primeira fosse submetida à segunda como o meio ao fim, e que os seres humanos produzissem para subsistir e se perpetuar, que organizassem essa produção em função da reprodução, é o inverso que se produz historicamente e são as modalidades da produção que determinaram e determinam ainda as modalidades da reprodução³².

²⁹HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. Tradução de Clevis Rapkiewicz. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003, p.114.

³⁰BADINTER, Elisabeth. *Um é o Outro: relações entre homens e mulheres*. Tradução de Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p.23.

³¹BAUDELLOT, Christian. Conclusão Nada Está Decidido. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. Tradução de Clevis Rapkiewicz. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003, p.318.

³²COMBES, Danièle; HAICAULT, Monique. Produção e Reprodução: Relações Sociais de Sexos e de Classes. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée et al. *O Sexo do Trabalho*. Tradução de Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 25.

A situação exposta acima pode ser complementada pela afirmação de Christian Baudelot. De acordo com o sociólogo francês, quando as mulheres saem do lar para entrar no espaço público das profissões, elas são predominantemente designadas para as funções de reprodução (escola, saúde), da conservação de empresas e escritórios (limpeza, hotelaria e funções de secretariado) e da relação (vendedoras, caixas e empregos terciários). Dessa forma “com a ajuda da crise do emprego, elas escaparam à servidão doméstica para, sob uma forma profissionalizada, reatar com a servidão pública e socializada dos serviços às pessoas³³”.

Baudelot também observa que o emprego assalariado feminino deu um grande salto, novas profissões foram criadas, o nível de escolaridade das mulheres aumentou e até ultrapassou o dos homens, mas esse deslocamento de fronteiras ocorreu no estrito respeito das desigualdades anteriores. As mulheres são as maiores vítimas do desemprego e recebem, mantidas todas as condições iguais, salários inferiores.

É interessante ressaltar que mesmo quando as mulheres conseguem romper com as atribuições domésticas e construírem carreiras em postos que eram majoritariamente masculinos, são utilizadas justificativas “naturais” para explicar o sucesso feminino.

Isto pode ser notado em uma reportagem do jornal O Globo. A jornalista Carolina Mazzi observa que sensibilidade para a mudança e capacidade de realizar várias tarefas ao mesmo tempo são algumas características que fazem com que as mulheres se destaquem cada vez mais em áreas cujo setor é predominantemente masculino³⁴.

Um dos exemplos citados na reportagem refere-se ao mercado das cervejarias um ramo historicamente masculino, mas que atualmente o sexo feminino ganhou muito espaço. A mulher teria uma vantagem competitiva porque disporia de uma sensibilidade feminina na hora de escolher os processos produtivos, avaliar o desempenho do produto e teria maior capacidade na degustação³⁵.

³³ BAUDELLOT, Christian. Conclusão: nada está decidido. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Orgs). *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. Tradução de Clevi Rapkiewicz. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003, p.316.

³⁴ MAZZI, Carlina. Diferencial Feminino: características do gênero se tornam vantagem competitiva em setores tipicamente masculinos. *Jornal O Globo*. 16 de novembro de 2014.

³⁵ Idem.

Ainda segundo a reportagem, outro setor tipicamente masculino em que o sexo feminino tem apresentado destaque é o da marcenaria. Trocar a mão de obra masculina pelas mulheres, principalmente no setor de acabamento, significou produtos menos defeituosos, produção mais ágil e detalhes valorizados³⁶.

Na construção civil, a presença de mulheres também aumenta no setor de acabamento, mas é na operação de certos maquinários como a grua que as mulheres são requisitadas. A justificativa para preferencialmente contratar mulheres para operar esta máquina está na crença de que possuem mais capacidade para realizar muitas tarefas ao mesmo tempo sem desviar a atenção. Para operar tal maquinário é necessário ter versatilidade, estar atento tanto na operação da máquina como também na comunicação no rádio com o sinaleiro que guia a operação. Estas tarefas, de acordo com a matéria do jornal, seriam melhor realizadas por mulheres.

Gostaríamos de ressaltar que argumentos como os acima expostos podem se constituir em uma cilada para o feminino. A aparente abertura para as mulheres de espaços que antes eram redutos masculinos podem parecer a primeira vista um avanço na emancipação do feminino e na redução da desigualdade de gênero. No entanto, as qualidades atribuídas às mulheres estão baseadas em argumentos biológicos e na existência de uma suposta “natureza” feminina. Ao invés de demonstrar que mulheres e homens são iguais e por isso as mulheres podem realizar funções que anteriormente eram consideradas masculinas, a reportagem de O Globo demonstra que as mulheres podem realizar tais tarefas não porque são iguais, mas por que possuem uma essência distinta que, especificamente nos casos mencionados, dão vantagens a elas.

A dificuldade de romper com a “naturalização” das diferenças de gênero é justamente o que dificulta a transformação na divisão sexual do trabalho. O que se propõe aqui é deixar de lado argumentos biológicos para compreendermos que em virtude de formas de socialização distintas, os homens e as mulheres são portadores de valores diferentes desde a sua mais tenra infância. Trata-se de uma divisão de valores que não tem nada de natural, mas cuja partição foi sexuada através da história. Divisão esta que inicialmente colocava os homens responsáveis pelo trabalho remunerado e deixava para a mulher o trabalho da casa e que posteriormente, foi levada ao próprio mercado de trabalho com

³⁶ Ibid.

profissões divididas entre masculinas e femininas. Sobre esta questão Baudelot observa que:

Ideologicamente alçadas as qualidades naturais, essas duas ordens de valores foram exploradas produtivamente na divisão do trabalho entre os sexos, primeiro entre o trabalho e a casa, depois no próprio mercado de trabalho. O grande interesse dos trabalhos de ciências sociais realizados sobre essa questão consistiu precisamente em evidenciar o caráter arbitrário e socialmente construído dessa divisão e mostrar que, se esses valores são universais, sua divisão não tem nada de eterna³⁷.

Como dito pelo autor acima citado, a divisão sexual do trabalho não tem nada de eterna apesar de socialmente parecer possuir tal status. Como modificá-la então? Neste ponto devemos retornar a Bourdieu que além de ter demonstrado que o nó da dominação masculina está justamente na divisão sexual do trabalho, nos indicou o caminho para a transformação dessas relações sociais aparentemente solidificadas e imutáveis. Deve-se segundo o autor promover um ataque as instituições sociais que sustentam e reproduzem as relações de dominação: a Família, a Igreja, a Escola e o Estado. Somente a partir da superação dos valores androcêntricos disseminados por estas instituições as relações de dominação entre os gêneros podem deixar de existir.

Portanto, podemos dizer que a divisão sexual do trabalho serve para manter as relações de opressão e subordinação das mulheres na sociedade. Esta divisão se perpetua e se reproduz em diferentes sociedades através da naturalização de divisões que são construídas socialmente.

RESULTADOS PRELIMINARES DO CAMPO

Nesta parte final de nosso trabalho, gostaríamos de discutir algumas questões que as entrevistas realizadas até o presente momento nos indicaram, para demonstrar, mesmo que de forma preliminar, quais foram os avanços e retrocessos no que tange a cidadania feminina que o Programa Mulheres Mil trouxe para suas egressas.

Notamos através das entrevistas realizadas que o Programa contribuiu para que as mulheres obtivessem um ganho em sua autoestima e se sentissem mais valorizadas dentro de casa. Algumas mulheres conseguiram continuar os estudos após o término do

³⁷ BAUDELLOT, Christian. Op. cit, p.320.

curso e creditam isto ao Programa Mulheres Mil. Isto fica claro nas palavras de uma egressa do curso de auxiliar de eletricista que cursa agora Técnico em Enfermagem:

A partir dele (do Programa), eles me deram um incentivo a voltar para sala de aula a não parar por aí, foi muito válido. Até então meu marido queria que eu ficasse só em casa cuidando de filho, casa, tudo, depois que eu fui para as mulheres mil depois que eu peguei o gostinho da escola acho que eu não saio daqui mais. Depois do curso mulheres mil que eu consegui ir para escola agora eu não paro porque se eu voltar a ficar só cuidando de casa e filho vai voltar tudo que era antes. Eu só me dedicava ali a família depois que eu saí para aprender novas coisas sei lá, mudou muita coisa. Acho que eles dão mais valor a gente. A família tá me dando mais valor (egressa de auxiliar de eletricista predial).

Seguindo a mesma linha do relato anterior, algumas mulheres falaram que a partir do Programa se sentiam pessoas mais independentes e autônomas:

Valeu, porque aqui a gente aprendeu de tudo, como se posicionar no mercado de trabalho, o valor da mulher entendeu, como ela se sente neste mercado de trabalho que ela também tem potencial de chegar lá, então pra mim foi muito bom (egressa de bordado à mão).

Significou a verdade né, a verdade de ser uma mulher, de poder andar com os meus próprios pés, sem depender de ninguém. Uma independência que eu não tinha, eu sempre estava ali dependendo de alguém para poder caminhar junto comigo, agora eu mesmo caminho com as minhas próprias pernas. (egressa de auxiliar de eletricista predial)

Por outro lado, o Programa Mulheres Mil não conseguiu atingir um dos seus objetivos principais que era a inserção no mercado de trabalho. Nenhuma das mulheres entrevistadas obteve êxito em trabalhar na área de formação profissional, ou seja, o curso não contribuiu para que as mulheres obtivessem um emprego ou aumentassem sua renda.

Uma questão crucial para este artigo que não podemos deixar de abordar refere-se a divisão sexual do trabalho. Uma das hipóteses de nosso trabalho diz que o governo brasileiro, através do programa Mulheres Mil, reproduz e naturaliza a tradicional hierarquia de gênero presente na sociedade ao promover cursos voltados para a esfera doméstica como artesanato, auxiliar de cozinha, bordados a mão e cuidador infantil.

Esta hipótese testada a partir das entrevistas nos parece que será confirmada. O Programa Mulheres Mil, além de não ter a capacidade de modificar a divisão sexual do trabalho, reforça a divisão já existente em que as mulheres estão relegadas a esfera

doméstica e ligadas à reprodução. Algumas entrevistadas do curso de auxiliar de cozinha narram que a partir da formação profissional sofreram uma maior cobrança de seus maridos e filhos para que variassem o cardápio da casa e utilizassem aquilo que aprenderam para cozinhar melhor em sua residência. É patente neste ponto o relato de uma egressa do curso de cuidador infantil que disse que utilizava seus conhecimentos aprendidos não para aumentar sua renda, mas para cuidar melhor da neta:

eu tenho uma neta, e coisas que a gente aprendeu aqui as maneiras de lidar com a criança né, o momento certo, a maneira certa, sobretudo a professora ensinando que com a criança a gente deve ter a paciência dobrada e é uma coisa que eu não tinha, hoje eu acho que eu tenho né, eu fico olhando a minha filha ela tem uma paciência dobrada com a menina de três aninhos que ela tem, então eu pude tirar daí uma coisa que eu não sabia, pela idade que eu tenho . (egressa de cuidador infantil).

Como o Programa não consegue modificar a divisão sexual do trabalho, as responsabilidades domésticas continuam nas mãos das mulheres que somada à saída para realizar o curso gera uma sobrecarga de trabalho. Como os homens não se ocupam da esfera da reprodução, as mulheres participantes do Programa Mulheres Mil aumentam sua jornada diária de trabalho. Ao ser questionada sobre quem pesa as tarefas domésticas uma egressa respondeu:

Não, dentro de casa tudo sou eu. Tudo eu (breves risos), mesmo eu indo para a escola eu estou nessa dupla jornada (egressa de auxiliar de eletricista predial).

Portanto, se pensarmos a cidadania feminina não somente a partir do sentido clássico do termo com sua divisão em direitos civis, políticos e sociais, mas como o “direito de ter direitos, ou seja, como igualdade e como eliminação de formas hierárquicas relacionadas ao natural”³⁸, podemos dizer de forma preliminar que o Programa Mulheres Mil não promove a cidadania plena para as mulheres. Ao ministrar cursos em sua maioria voltados para a esfera da reprodução e ao não modificar a divisão sexual do trabalho, o Programa reforça os papéis tradicionais de gênero e as hierarquias consideradas naturais que, ao analisarmos sob a teoria de Bourdieu, consiste em uma forma de o Estado reproduzir a desigualdade de gênero na sociedade brasileira.

³⁸ PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e Especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). *História da Cidadania*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2008,p.294.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. *Um é o Outro: relações entre homens e mulheres*. Tradução de Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BAUDELOT, Christian. Conclusão Nada Está Decidido. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. Tradução de Clevi Rapkiewicz. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

BERQUÓ, Elza. Perfil Demográfico das Chefias Femininas no Brasil. In: BRUSCHINI, Cristina; Unbehaum, Sandra (Orgs). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRUSCHINI, Cristina. O Uso de Abordagens Quantitativas em Pesquisas sobre Relações de Gênero. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Orgs). *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

BRUSCHINI, Cristina; RICOLDI, Arlene Marinez; MERCADO, Cristiano Miglioranza. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: COSTA, Albertina de Oliveira et al (orgs). *Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

COMBES, Danièle; HAICAULT, Monique. Produção e Reprodução: Relações Sociais de Sexos e de Classes. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée et al. *O Sexo do Trabalho*. Tradução de Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. Tradução de Clevi Rapkiewicz. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de Indicadores Sociais 2009*. Disponível em: WWW.ibge.gov.br. Acesso em: 02 ago.2012.

_____. *Indicadores Sociais Municipais 2010*. Disponível em: WWW.ibge.gov.br. Acesso em: 02 ago.2012

LAUFER, Jacqueline. Entre a esfera pública e a esfera privada: os desafios dos direitos das mulheres. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. Tradução de Clevi Rapkiewicz. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

MAZZI, Carlina. Diferencial Feminino: características do gênero se tornam vantagem competitiva em setores tipicamente masculinos. *Jornal O Globo*. 16 de novembro de 2014.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e Especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). *História da Cidadania*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SCHIEBINGER, Londa. *O Feminismo mudou a ciência?* Tradução de Raul Fiker. Bauru,SP: EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a Gender Politics History. *Cadernos Pagu*,n.3, 1994.

SORJ, Bila. Trabalho Remunerado e Trabalho Não-Remunerado. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. *A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.